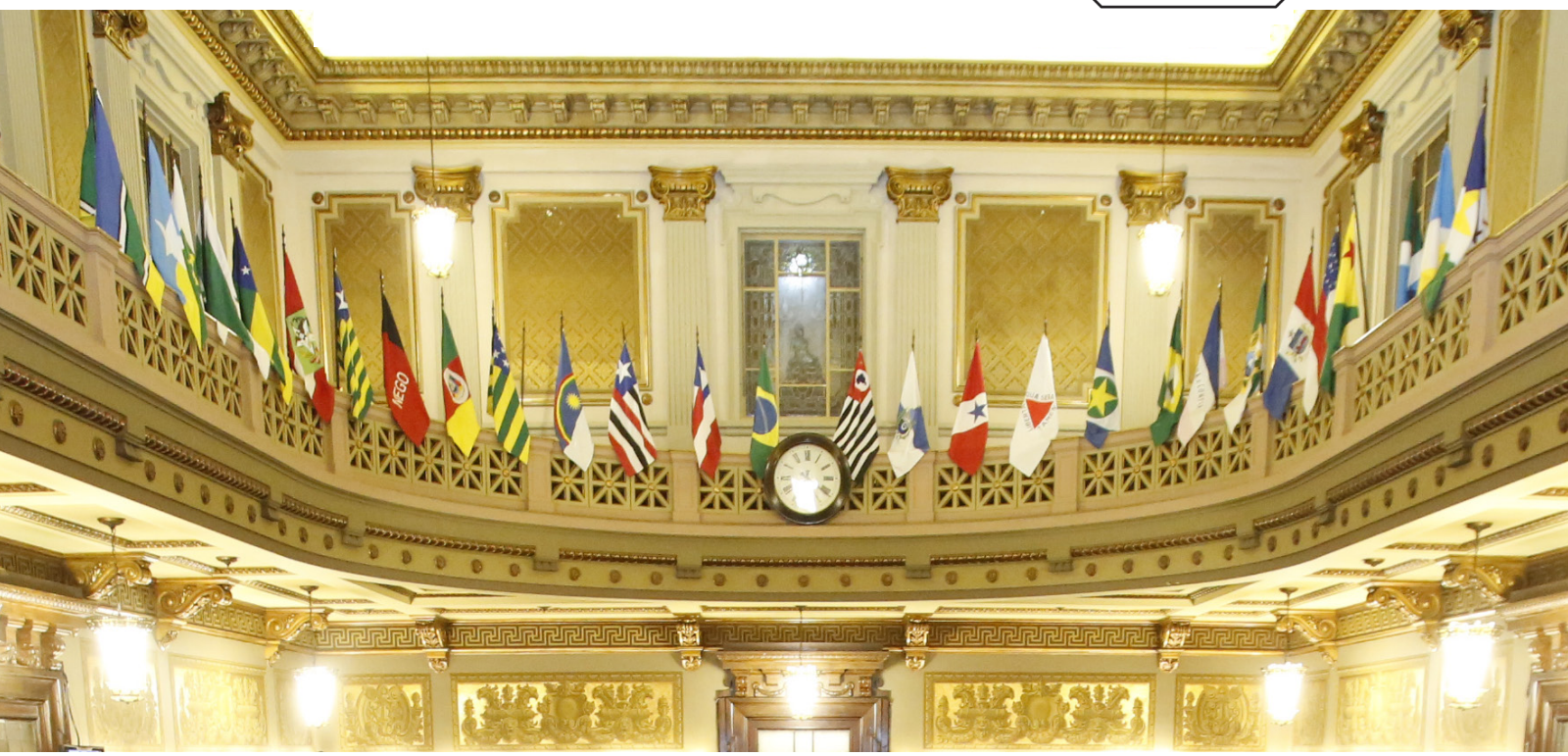
Projeto TJ Sustentável apresenta bons resultados

JUSTIÇA SP

TJSP sedia encontro de Tribunais estaduais

110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça



Adamantina e Pacaembu criam projetos para Infância e Juventude

Acervo de processos arquivados do TJ tem números que surpreendem

Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Número 12 - Janeiro a Março 2017

3 ***Editorial***
O desafio dos números

4 ***Capa***
Encontro do Conselho de Presidentes de Tribunais
Tribunais de Justiça pela independência e autonomia

12 ***Boas práticas***
Cidadania, direito de crianças e jovens
Projetos em Adamantina e Pacaembu focam área da infância e juventude

15 ***Bem-estar***

16 ***Acontece***
Responsabilidade socioambiental no TJSP
Projeto TJ Sustentável engaja servidores e magistrados

18 ***Como funciona***
Acervo Gigante
Números impressionantes dos arquivos de processos do Tribunal

23 ***Leitura jurídica***

24 ***Memória***
O Adeus a Amaral
Homenagem ao servidor José Luiz do Amaral
Quem foram os João Mendes, pai e filho
Um pouco da biografia dos ilustres juristas que deram nome a praça e ao fórum

30 ***Sessão Justiça de Cinema***
O vento será tua herança
No "julgamento do macaco", evolucionismo e criacionismo duelam na Corte

36 ***Imagens***
Abertura do Ano Judiciário 2017

Do vale à montanha,
Da montanha ao monte,
Cavalo de sombra,
Cavaleiro monge,
Por quanto é sem fim,
Sem ninguém que o conte,
Caminhais em mim.

É assim que Fernando Pessoa encerra o poema "Do vale à Montanha", de 1932. Contido na obra "Cancioneiro", esta obra do poeta português é composta por poemas líricos, rimados e metrificados, muitos deles compostos de metáforas que acentuam a necessidade do ritual para o acesso ao conhecimento. Ela simboliza a vontade daquele que, entre o sofrimento e a solidão, percorre um percurso cheio de obstáculos em busca da ascensão à verdade.

O trabalho junto ao Poder Judiciário pode significar muitas vezes um abnegado cumprimento de ritos processuais na busca de seu fim último: a decisão judicial. Magistrados e servidores dedicam grande parte de suas vidas à escalada e à remoção de montanhas, representadas pelas questões importantes relativas à sociedade e às mudanças que vivem o nosso país.

Basta fazer uma visita aos Arquivos do bairro do Ipiranga, na Capital do Estado, para se ter dimensão da invencível montanha de processos físicos sob responsabilidade da nossa Corte Bandeirante. Como se verá em matéria apresentada nesta revista ***JustiçaSP*** *, se colocados os processos um sobre os outros teríamos uma pilha do tamanho de mais de 111 Montes Everest. São processos que contam a história de São Paulo, assim como a contam "João Mendes" e "João Mendes Júnior", juristas ilustres que dão nome à Praça e ao Fórum Central da Capital e cuja biografia também será apresentada nesta edição.*

Ora, este astronômico volume de autos processuais por si só já seria capaz de afastar grandes talentos: afinal, como vencer e percorrer tantos processos?

Foi pensando nisso que a gestão do Tribunal de Justiça desenvolveu grandes projetos de mobilização de juízes e servidores. Dentre eles, o "Programa Judiciário Eficiente", criado nos termos da Portaria nº 9.327/16, tem como objetivo a celeridade e qualidade dos serviços prestados à população e é dividido em dois eixos: o primeiro voltado à redução da taxa de congestionamento na tramitação dos processos e o segundo, direcionado ao aprimoramento dos principais processos de trabalho na área administrativa.

Outras ações já se tornaram parte da rotina da Corte Bandeirante e repetiram o sucesso de gestões anteriores. É o caso do "TJ Sustentável", projeto alinhado às recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujo objetivo é estimular a prática de ações que promovam a responsabilidade social e a sustentabilidade, buscando sensibilizar e capacitar magistrados e servidores para o uso consciente dos recursos disponíveis. Nesta edição será apresentado o resultado obtido com esse programa, bem como os reflexos no comportamento e no clima organizacional do Tribunal de Justiça.

Daí também a importância do 110º Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça, realizado aqui em São Paulo, em que tivemos a oportunidade de apresentar, em tempo real, os efeitos positivos das novas práticas adotadas pelo Judiciário paulista, ao mesmo tempo em que pudemos trocar experiências com o que é feito em outros Tribunais do Brasil.

Em suma, práticas como estas tornam possível o percurso 'Do vale à Montanha' do Judiciário menos solitário. Nenhuma dessas ações lograria êxito sem o esforço de todos os membros da família forense, a qual merece todo o nosso prestígio.

Trabalhando unidos e otimizando rotinas, acreditamos que magistrados e servidores poderão criar um ambiente apto a pensar o processo, o que certamente elevará a qualidade e a celeridade da prestação jurisdicional. Serão muitas montanhas ainda a vencer, mas juntos podemos chegar mais longe. ***#SomosTJSP***

PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI
Presidente do TJSP

Tribunais de Justiça pela independência e autonomia

Texto: *Dicler Antonio*
Fotos: *Ricardo Lou e Klaus Silva*

O 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça (CTJ) ocorreu nos dias 16 e 17 de março, no Salão Nobre "Ministro Manoel da Costa Manso", no Palácio da Justiça. Os presidentes dos TJs de 24 Estados e do Distrito Federal debateram os grandes desafios da Justiça brasileira na atualidade, como defesa da independência dos juízes e da autonomia financeira dos Tribunais, aumento de produtividade e melhorias na prestação jurisdicional fornecida à sociedade. "O Judiciário estadual é aquele que está mais próximo das pessoas, que transforma diretamente suas vidas", destacou o anfitrião, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Participaram do encontro os seguintes desembargadores presidentes: Denise Castelo Bonfim (Acre); Otávio Leão Praxedes (Alagoas); Flávio Humberto Pascarelli Lopes (Amazonas); Carlos Augusto Tork de Oliveira (Amapá); Maria do Socorro Barreto Santiago (Bahia); Francisco Gladyson Nunes (Ceará); Mário Machado Vieira Netto (Distrito Federal e Territórios); Fabio Clem de Oliveira, vice-presidente da Corte (Espírito Santo); Gilberto Marques Filho (Goiás); Cleones Carvalho Cunha (Maranhão); Rui Ramos Ribeiro (Mato Grosso); Divoncir Schreiner Maran (Mato Grosso do Sul); Ricardo Ferreira Nunes (Pará); Joás de Brito Filho (Paraíba); Renato Braga Bettega (Paraná); Leopoldo de Arruda Raposo (Pernambuco); Erivan José da Silva Lopes (Piauí); Expedito Ferreira de Souza (Rio Grande do Norte);

Luiz Felipe Silveira Difini (Rio Grande do Sul); Elaine Cristina Bianchi (Roraima); José Antônio Torres Marques (Santa Catarina); Cezário Siqueira Neto (Sergipe); Eurípedes do Carmo Lamounier (Tocantins); e também os integrantes da Comissão Executiva: desembargador José Renato Nalini – presidente do TJSP no biênio 2014/2015 e secretário de Educação do Estado de São Paulo; desembargador Paulo Roberto Vasconcelos (TJPR); desembargador José Carlos Malta Marques – (TJAL); desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves (TJPE) e desembargador José Carlos Malta Marques (TJAL).

Na abertura, o presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça e integrante do TJ de Minas Gerais, desembargador Pedro Carlos Bittencourt Marcondes, declarou, em veemente discurso: "Como se sabe, a maioria dos Estados brasileiros encontra-se com déficits orçamentários consideráveis. Vários são os motivos para chegarmos a essa situação. Mas, o que impressiona, é a tentativa constante de transferir para o Poder Judiciário parcela de responsabilidade pela crise. Hoje, convivemos com verdades e meias verdades. Quando se fala da remuneração dos três Poderes, não se separa o joio do trigo, num emaranhado de versões e contraversões, criando um clima de revolta e descrédito, já que é mais fácil propagar e noticiar aquilo que parcela do público quer ouvir. Como existe o

O Conselho dos Tribunais de Justiça nasceu como 'Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil'. Fundado em 1992, teve como idealizador o então presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Odyr José Pinto Porto. Os objetivos da instituição são a defesa dos princípios, prerrogativas e funções institucionais do Poder Judiciário, especialmente do Poder Judiciário estadual; a integração dos Tribunais de Justiça em todo o território nacional; o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas; o estudo e o aprofundamento dos temas jurídicos e das questões judiciais que possam ter repercussão em mais de um Estado da Federação, buscando a uniformização de entendimentos,respeitadas a autonomia e peculiaridades locais.

interesse político envolvendo a questão, as convicções passam a ocupar o espaço das evidências. A distinção entre o legal e o ilegal é substituída por justificativas outras, com comparações entre desiguais e repetição massiva de impressões individuais ou corporativas pelos meios de comunicação. Pior do que o desconhecimento é a produção intencional de ignorância. Pior que as meias verdades, são as mentiras inteiras."

Continuou Marcondes: "O projeto de Lei 343/17, que institui o regime de recuperação fiscal dos Estados e do Distrito Federal, contém regras que acabam com os fundos e obrigam os Tribunais a transferir os recursos financeiros destinados às despesas correntes e de investimentos para um caixa único dos Estados. A abordagem da crise dos Estados, como pano de fundo para o esvaziamento da autonomia do Poder Judiciário, constitui exemplo do que se conhece – usando um termo da moda – como pós-verdade. Isso por que não se vê por aí qualquer notícia quanto ao fato de que nossas despesas correntes de custeio e investimento, na imensa maioria dos Estados, são bancadas pelo Fundo Judiciário."

"Por mais complexas que sejam essas questões e por maior que seja o desinteresse em divulgá-las, não podemos deixar de acreditar no potencial reflexivo das pessoas e de nossa classe política. A tentativa de esvaziamento da nossa autonomia financeira e, por consequência, administrativa, não é nova, mas consiste em reiteração de outros projetos de autoria intelectual de tecnocratas, cuja visão não alcança a dimensão da importância de se preservar a independência do Poder Judiciário, verdadeira conquista da sociedade e garantia de atuação imparcial dos magistrados no exercício da atividade jurisdicional." "Não queremos nos esquivar dos sacrifícios necessários à implementação da austeridade fiscal. Ao lado da sociedade e das demais instituições, desejamos participar e colaborar com todo vigor para a superação desse momento de crise. Contudo, não podemos nos resignar diante de ações impensadas e argumentos falaciosos. Temos que transmitir os fatos aos agentes políticos e à sociedade, mostrando o retrocesso em que se incorrerá com o esmorecimento da autonomia do Poder Judiciário. O Judiciário é e continuará sendo a última trincheira da sociedade e do cidadão na defesa de seus direitos."

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Antonio Dias Toffoli, prestigiou a solenidade. "Esses encontros de presidentes são extremamente necessários e produtivos", afirmou. Para o ministro, é tendência no mundo ocidental aumento do protagonismo do Judiciário, devido a maior participação da Justiça na defesa dos direitos. "Esse protagonismo nos coloca na vitrine e nos chama à responsabilidade de sermos mais transparentes, cumprirmos nossas metas e darmos conta do nosso trabalho. Temos que produzir com qualidade e sermos merecedores da confiança da população." "A democracia não é plena se não existir um Poder Judiciário pleno e eficiente, se não houver juízes que, com coragem, independência e soberania, dizem o que é a lei e o Direito."

***"A democracia não é plena se não existir um Poder Judiciário pleno e eficiente, se não houver juízes que, com coragem, independência e soberania, dizem o que é a lei e o Direito"* (ministro Dias Toffoli)**

O deputado federal Arnaldo Faria de Sá conclamou os participantes a se unirem em defesa da Justiça. "Lamentavelmente as lideranças partidárias não reconhecem a importância do Judiciário", falou. Já o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Cauê Macris, destacou a importância da união e diálogo entre os três poderes. O vice-governador do Estado de São Paulo e secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, Márcio França, falou em nome do governador Geraldo Alckmin. "O Tribunal de Justiça de São Paulo é orgulho de todos os paulistas",

Presidentes e representantes dos Tribunais de Justiça; ministro do STF, Dias Toffoli; presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, Pedro Marcondes e ex-presidente do TJSP, José Renato Nalini

Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, presidente do TJSP, recepciona os representantes de Tribunais na entrada do Palácio da Justiça

declarou. Sobre a economia do País, lembrou que o Brasil "superou todas as crises pelas quais passou – dessa vez não será diferente".

Paulo Dimas iniciou seu pronunciamento saudando todos os participantes, especialmente as desembargadoras presidentes de Tribunais por ocasião do Dia Internacional da Mulher – Denise Bonfim (Acre), Maria do Socorro Santiago (Bahia) e Elaine Bianchi (Roraima). "Temos o dever de prestar Justiça com eficiência. Temos que trabalhar com planejamento estratégico, com boas práticas de gestão, com sustentabilidade e comunicação." "A inspiração existe, mas deve nos encontrar trabalhando," afirmou. "Existe, no âmbito do Legislativo Federal, iniciativas que visam enfraquecer o serviço público. Mas, tal atividade é extremamente importante para o país, pois as pessoas, nesse momento de crise, precisam como nunca de educação, saúde e Justiça", reforçou.

Paulo Dimas discursa na abertura do encontro

Também participaram da solenidade o corregedor nacional de Justiça, ministro do STJ João Otavio de Noronha; o vice-presidente do TJSP, desembargador Ademir de Carvalho Benedito; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil (Coptrel), desembargador Mário Devienne Ferraz; o conselheiro e ouvidor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luiz Cláudio Allemand; o conselheiro do CNJ Henrique de Almeida Ávila; o ex-presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, desembargador Milton Nobre; o presidente da Seção de Direito Privado do TJSP, desembargador Luiz Antonio de Godoy; o presidente da Seção de Direito Público, desembargador Ricardo Henry Marques Dip; o ministro do STJ Paulo Dias de Moura Ribeiro; o secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Márcio Fernando Elias Rosa; os deputados estaduais Gileno Gomes e Marco Vinholi; o presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), desembargador Oscild de Lima Júnior; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juiz Jayme Martins de Oliveira Neto; o vice-presidente do Instituto Paulista de Magistrados, desembargador Antonio Carlos Malheiros, representando o presidente; desembargadores, juízes assessores da Presidência do TJSP, juízes, integrantes do Ministério Público, advogados, autoridades civis e militares e servidores da Justiça.

No dia 17 de março, Paulo Dimas compartilhou experiências exitosas de São Paulo que podem ser de grande utilidade para outros Tribunais, como o projeto **Justiça Bandeirante** e a **Gestão Participativa**. Apresentou e ofereceu a todos a campanha **Razões para Acreditar**. Lançado no dia 8 de março, a campanha busca informar ao cidadão os serviços oferecidos pela Justiça estadual. Composta

Dias Toffoli, ministro do STF

João Otávio de Noronha, corregedor nacional e ministro do STJ

de cinco vídeos de 30's e peças que apresentam dados do TJSP, o material explica, por exemplo, a função de cada um dos atores do sistema de Justiça: advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, juízes, desembargadores e servidores. Importante ponto abordado é o incentivo à utilização dos métodos alternativos de soluções de litígios – mediação e conciliação – e seus benefícios. O Estado que quiser fazer uso da campanha "Razões para Acreditar" terá somente a necessidade de adaptar os dados relativos à sua realidade.

***"Quando há projetos e prioridades definidos, a gestão passa a efetivar o que realmente é do interesse coletivo dos Tribunais"* (professor Vicente Falconi Campos)**

Ele também anotou as ideias, sugestões e projetos apresentados e falou sobre a responsabilidade de administrar o TJSP. "Dois anos de gestão passam rápido, mas é preciso deixar para as futuras administrações um legado de avanços."

A primeira palestra desse dia foi proferida por um dos maiores especialistas em gestão do País, o professor Vicente Falconi Campos, consultor e integrante de conselhos administrativos de empresas multinacionais. "O objetivo da gestão é eliminar todos os problemas que atrapalhem o funcionamento da atividade-fim da organização, no caso dos Tribunais, julgar processos", conceituou o palestrante. Instigado pelas perguntas dos presidentes, Falconi falou sobre liderança, motivação, períodos de transição após as eleições, gerenciamento de projetos e outros. "Quando há projetos e prioridades definidos, a gestão passa a efetivar o que realmente é do interesse coletivo dos Tribunais", afirmou.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juiz Jayme Martins de Oliveira Neto, fez uso da palavra para colocar a entidade à disposição do Conselho de Tribunais. "Estamos juntos para contribuir, para construir um diálogo e consenso em prol da Magistratura."

Em seguida foi a vez do corregedor nacional e ministro do STJ João Otávio de Noronha falar sobre a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça e do papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com o corregedor, o CNJ "não é um órgão meramente disciplinar, mas um órgão de planejamento e gestão ao qual cabe o papel de assegurar a autonomia do Poder Judiciário, ou seja, a independência da Magistratura".

Segundo ele, "o juiz é eminentemente um gestor", pois atua em diversas frentes, "na direção da vara, na condução de audiências e na gestão dos processos". Para Noronha é

Ricardo Lewandowski, ministro do STF, recebe homenagem

Presidentes debatem durante o evento

Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, Elaine Cristina Bianchi, foi servidora do TJSP

fundamental que os magistrados tenham o apoio das escolas dos Tribunais para que possam se atualizar e aprender cada vez mais.

No período da tarde, o conselheiro e ouvidor do CNJ, Luiz Cláudio Allemand, falou sobre "Mediação Digital na Execução Fiscal". Segundo ele, trata-se de uma inovação que trará diversos benefícios para os Tribunais, proporcionará maior arrecadação para o Estado e diminuição do número de processos nas varas. O objetivo é permitir que devedores e governo possam negociar de forma ágil e segura, ajudando na arrecadação de "valores que poderiam estar circulando na economia do País, se ao menos o cidadão recebesse a oportunidade de pagar por outros meios", que não o protesto judicial.

O Tribunal de Justiça da Bahia foi o responsável pelo desenvolvimento da mediação digital, ao lado do CNJ. A presidente do TJBA, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, colocou sua Corte à disposição para auxiliar os TJs que quiserem implantar o sistema. "É uma ferramenta que desafoga um grande número de ações que tramitam no País", disse. Em seguida, a juíza Marielza Brandão, assessora especial da Presidência do TJBA, mostrou aos desembargadores como funciona o sistema.

Para encerrar as atividades, o CTJ homenageou o ministro Enrique Ricardo Lewandowski, presidente do STF e do CNJ entre 2014 e 2016. De acordo com Pedro Marcondes, Lewandowski "propiciou que o conselho participasse efetivamente com contribuições e opiniões na realização de políticas públicas judiciárias que afetassem a Justiça estadual". Amigo do ministro, Paulo Dimas externou sua grande admiração e estima pelo homenageado. "É um amigo, defensor e guardião do Judiciário estadual. Sempre defendeu a autonomia integral do nosso Poder Judiciário."

Magistrado do TJSP antes de ser alçado ao STF, Lewandowski disse guardar com muita saudade o tempo que viveu com "parceiros de ideal nessa Casa da Lei." "Aprendi muito nessa casa. Tudo que sei sobre a Magistratura e o Judiciário aprendi com os colegas de São Paulo e com um grande exemplo de lutador e de homem que tem ideais, que é o Paulo Dimas."

Lewandowski afirmou defender a Justiça estadual, pois "essa é a Justiça do cidadão, a Justiça do dia a dia, a que faz a paz social do País. É a voz do povo, que trata, por exemplo, do Direito de Família, das pequenas causas, da infância e Juventude". Vamos seguir em frente, vamos cumprir nossa missão", incentivou.

Pedro Marcondes, presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, fala durante o encontro

A **Carta de São Paulo**, documento final aprovado pelos desembargadores no encerramento do encontro, elencou as disposições dos magistrados em três temas: reafirmação do compromisso com o aprimoramento da prestação jurisdicional, repúdio ao artigo 13, §2º, do PL 343/17 e manifestação de discordâncias em relação à PEC 287/16 – que institui a reforma da Previdência.

Para isso, "temos que conhecer a Magistratura brasileira e definir o que somos, para onde vamos e o que queremos ser". "Deixo os píncaros do Poder Judiciário, volto à planície e me engajo, como um soldado nessa luta pela valorização da Magistratura." ■

CARTA DE SÃO PAULO

110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça

O CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA reunido na cidade de São Paulo (SP), ao final do 110º Encontro, no dia 17 de março, divulga, para conhecimento público, as seguintes conclusões, aprovadas por unanimidade:

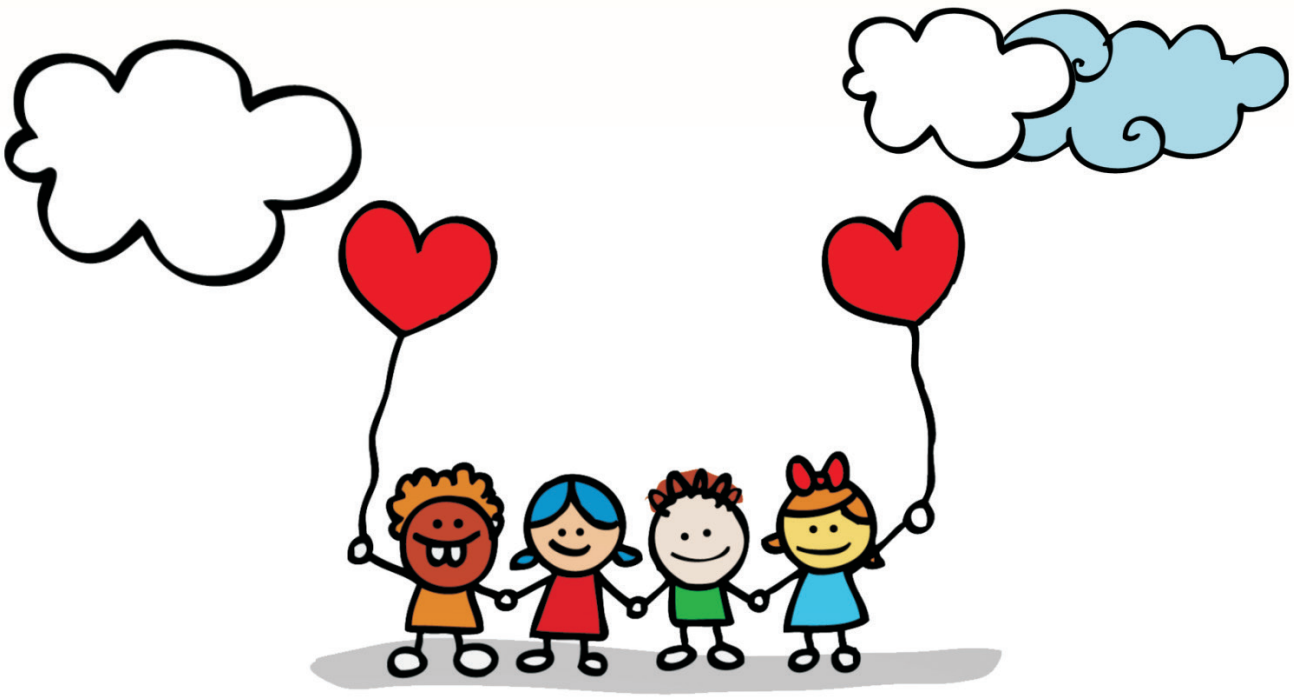
1) REAFIRMAR seu compromisso em buscar aprimoramento de processos de trabalho para atingimento de metas que proporcionem melhor prestação do serviço jurisdicional;

2) APRESENTAR veemente reprovação à disciplina inscrita no artigo 13, parágrafo 2º do PL 343/17 que, determinando o recolhimento das disponibilidades de recursos de cada Poder para conta única do respectivo Tesouro, esvaziará o fundo de despesa dos Tribunais de Justiça, com graves prejuízos à sua higidez financeira;

3) MANIFESTAR sua discordância à proposta de alteração da competência para julgamento das ações acidentárias inserida no bojo da PEC 287/16. A Justiça Estadual possui largo conhecimento no trato da questão e estrutura técnica e operacional adequada para assegurar o julgamento célere e qualificado dos processos desta natureza.

São Paulo (SP), 17 de março de 2017.

Cidadania, direito de crianças e jovens



Diretora do fórum da Comarca de Adamantina, a juíza Ruth Duarte Menegatti, que também atua na Comarca de Pacaembu, implanta uma série de projetos e atividades na área da Infância e da Juventude, tendo como premissa a atuação social do Judiciário como forma de contribuir para a melhoria das condições de vida e sociabilidade

Texto: *Dicler Antonio*
Fotos: *Acervo dos fóruns de Adamantina e Pacaembu*

"As transformações políticas e econômicas repercutem na vida de todos e especialmente sobre a infância de formas variadas, pondo em xeque a noção de cidadania e titularidade de direitos. Os problemas atingem ainda mais as crianças e adolescentes de famílias com baixo poder aquisitivo. É a forma de colocar efetivamente em prática o conteúdo do livro "Era dos Direitos" de autoria do filósofo, Norberto Bobbio," diz a juíza Ruth Menegatti.

A rede de serviço socioassistencial local – formada por órgãos públicos, entidades e serviços que proporcionam garantia do atendimento às necessidades essenciais ao desenvolvimento adequado na infância e juventude – precisa da atuação conjugada dos magistrados que atuam na área da Infância e da Juventude, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dessa forma, o Judiciário tem intervido em questões que antes estavam reservadas exclusivamente

aos demais Poderes, participando ativamente, da formulação de políticas públicas, visando a pacificação social.

Por acreditar no poder transformador de ações concebidas pelo Judiciário, a juíza Ruth, com auxílio do diretor do fórum da Comarca de Pacaembu, Rodrigo Antonio Menegatti, empreende vários projetos envolvendo a rede local nas duas comarcas.

Em Pacaembu, foram promovidos encontros com pais e professores de todas as escolas públicas, em palestras feitas por especialistas na área de família. "O resultado foi extremamente satisfatório, pois foram discutidos casos práticos com intensa participação dos presentes. Merece destaque a implementação de ônibus aos participantes pelo Poder Municipal e colocação de brinquedos e funcionários para recepcionar os filhos", diz a magistrada.

Recentemente foi realizada nova atividade, no salão do júri do fórum, voltada ao fortalecimento da rede, com a palestra "Ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos", ministrada por Ivoni Gonçalves Ramos, dirigente da Instituição Solidária Carlos Pegoraro, de Adamantina. Compareceram representantes de entidades de acolhimento, dos serviços de saúde, educação e segurança pública, havendo muita discussão e participação.

Para estimular a cidadania e a solidariedade no meio do público infantil, a magistrada realizou campanha de doação de mochilas usadas, nas escolas. "Essa campanha já foi implantada em Adamantina e foi um sucesso, com arrecadação que superou expectativas. Em Pacaembu acreditamos que a população irá aderir e poderemos ajudar inúmeras crianças e adolescentes."

Na Comarca de Adamantina foram implantados, nos últimos

Visita monitorada de alunos da rede pública de ensino ao helicóptero da Policia Militar

Palestra para representantes de entidades de acolhimento, serviços de saúde, educação e segurança pública

anos, os seguintes projetos, visando fortalecer vínculos familiares e ajudar na formação pessoal e profissional:

a) "Pintar com o coração" - Pinturas feitas por alunos das escolas, que foram levadas até as dependências da Clínica de Repouso 'Nosso Lar', que presta serviço médico-hospitalar especializado em psiquiatria, em campanha que visava arrecadar fundos para a instituição;
b) Natal e atividades com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, com visita monitoradas ao helicóptero da corporação e apresentação de canil;
c) Votação simulada na Justiça Eleitoral feita por crianças no Cartório Eleitoral, sendo distribuído título de eleitor simulado;
d) Show de talentos, com apresentação de talentos da cidade e região;
e) Concurso de melhor redação da escola pública, com premiações;
f) Projeto "Mães Especiais", com exibição de filmes e palestras para mães de crianças especiais, atendidas pela Apae;

Todas as práticas realizadas são documentadas, divulgadas pelos meios de comunicação e acompanhadas pelo Ministério Público, havendo custeio por meio de doações de empresas, pessoas e, em casos especiais, até pelos profissionais envolvidos.

Ao comentar sobre as dificuldades e alegrias que o papel de fomentador e, às vezes, criador de políticas públicas, projetos e campanhas de cunho social, assumido pelos magistrados, Ruth diz que o Tribunal de Justiça de São Paulo presta especial apoio à área da Infância e Juventude, com todo respaldo técnico, jurídico e econômico. "O Poder Judiciário conta com quadro exemplar de juízes abnegados que atuam diariamente para a construção de sonhos. Evidente que existem dificuldades, mas as alegrias advindas da atuação social é maior. A cada etapa acredito mais no significado da Justiça." ■

Juiz Rodrigo Menegatti, Ivoni Gonçalves Ramos e juíza Ruth Menegatti

SAS em ação

A Secretaria da Área da Saúde – SAS realiza, periodicamente, programas direcionados aos cuidados com a saúde, estimulando nos servidores do Tribunal de Justiça a reflexão sobre a importância da prevenção e manutenção do bem-estar físico, mental e social. Confira a programação para os meses de abril, maio e junho de 2017:

Abril

XI Seminário – A Importância da Saúde na Gestão de Pessoas: dia 25, no prédio do Gade MMDC (Avenida Ipiranga, 165 - Centro);

Programa TJ/SAS Itinerante – Santos: data a definir;

Bike Tour: roteiro e data a definir;

Maio

Programa Saúde em Ação: dias 17 a 19, no prédio Brigadeiro;

Início da Campanha de vacinação contra a gripe;

Vamos Caminhar pela Saúde: local e data a definir;

Junho

Programa Saúde Ocular: dia 13, no Fórum João Mendes Júnior;

Programa Prevenir "Cuide de Sua Mente": dia 19, no fórum Pinheiros;

Campanha de Vacinação contra a gripe;

Bike Tour: roteiro e data a definir;

Programa Prevenir Odontológico II: no predio do Gade I (Conselheiro Furtado, 705 – data a definir;

Fique atento à programação! Podem surgir novos eventos que serão sempre divulgados pela Intranet/Internet/Correio Eletrônico

Equipe responsável - SAS 1 (Diretoria de Assistência e Promoção de Saúde)

Responsabilidade socioambiental no TJSP

Projeto TJ Sustentável engaja servidores e magistrados e alcança economia de recursos

Texto: *Cecília Abbati*
Fotos: *Klaus Silva e fórum de Ribeirão Preto*

A iniciativa privada percebeu há algum tempo a importância da responsabilidade ambiental na valorização das marcas. O engajamento de uma empresa na sustentabilidade, no consumo consciente e no descarte adequado de resíduos reforça sua postura ética e o respeito pela comunidade. Com um pouco mais de atraso, as instituições públicas também passaram a adotar boas práticas em benefício do meio ambiente.

O Poder Judiciário, por exemplo, preocupado com a questão, definiu algumas diretrizes aos tribunais a partir da Resolução 201/15, do Conselho Nacional de Justiça, que impõe a criação de unidades ou núcleos socioambientais. Cada Corte do Brasil, a partir de seus núcleos, estabeleceu um Plano de Logística Sustentável (PLS).

No Tribunal de Justiça de São Paulo, o PLS reúne objetivos, metas e indicadores para redução de consumo de vários itens, entre eles água, energia, copos descartáveis e telefonia. A Administração já adotou várias medidas, como compras que exigem logística reversa ambientalmente correta e a redução de custos nos contratos de telefonia. No entanto, a participação do corpo funcional do TJSP – mais de 45 mil pessoas – era fundamental para a conquista de bons resultados.

Para estimular o consumo consciente entre servidores e magistrados o Tribunal implantou o projeto TJ Sustentável: uma competição saudável entre os prédios do Judiciário paulista pela economia de recursos naturais e bens públicos. "Em geral, as pessoas adotam medidas sustentáveis em suas residências, como economia de água e redução no uso de sacolas plásticas. Nosso objetivo era trazer essa mesma consciência ecológica para o ambiente de trabalho", explica o coordenador do projeto, juiz Mario Sérgio Leite, que atualmente integra o Núcleo de Apoio à Gestão do TJSP para assuntos exclusivos de sustentabilidade.

O projeto colheu bons resultados. Funcionários de vários prédios se mobilizaram para evitar o uso de copos descartáveis. Houve redução significativa no consumo de energia e telefonia. Além disso,

o consumo de água, que apresentou diminuição em 2015 em razão da crise hídrica, manteve o mesmo patamar. Com o esforço de todos, estima-se que foram poupados em 2016 cerca de 5,1 milhões de kWh de energia; R$ 481 mil em contas de telefone; e 2,4 milhões de copos descartáveis.

Em razão do sucesso, o Tribunal publicou portaria instituindo o TJ Sustentável como política do Judiciário paulista. A edição de 2017 conta com mudanças nos itens a serem economizados (água, energia e papel sulfite) e foco especial para implantação de coleta seletiva nos prédios.

O projeto envolve um jogo virtual onde cada unidade participante tem uma "árvore", que fica mais frondosa conforme os resultados de economia obtidos. Ao final da competição, o prédio que apresenta maior pontuação recebe o "Selo Verde". Para estimular os servidores, são oferecidos prêmios destinados às três unidades melhor classificadas.

Em 2016 os prédios atuaram na economia de água, energia, telefonia e copos descartáveis. As três comarcas vencedoras foram Presidente Venceslau (1ª colocada); General Salgado (2ª colocada) e Piquete (3ª colocada). Como prêmio, foram sorteadas 20 bicicletas entre os servidores dessas unidades. A cerimônia de entrega do selo e dos prêmios aconteceu no início de fevereiro. O presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, esteve em Presidente Venceslau e parabenizou toda a família forense pelo esforço ao longo do jogo. Também agradeceu a colaboração da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (Arpen-SP) e da Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de São Paulo (Acrimesp), que doaram as bicicletas para as premiações. "O mundo precisa despertar para a necessidade do consumo consciente e espero que nossa comarca possa servir de espelho para o Judiciário", afirmou a juíza diretora do fórum de Presidente Venceslau, Daiane Thaís Souto Oliva de Souza.

(na página ao lado, entrega do Selo Verde à Comarca; acima, sorteio de bicicletas e alguns dos servidores sorteados junto com o presidente Paulo Dimas). ■

Servidoras de Ribeirão Preto, preocupadas com a sustentabilidade, trocaram os copos descartáveis por canecas personalizadas

Acervo gigante

O tamanho impressiona. Os números surpreendem. Quando se trata de falar sobre processos arquivados nos dois endereços que guardam o acervo do Tribunal de Justiça de São Paulo, tudo é superlativo. Ao somar o acervo atual do Arquivo do Ipiranga (8.553.310 processos) e da empresa terceirizada Iron Mountain/Recall (60.594.810 processos), totalizamos o impressionante número de 69.148.120 processos arquivados. Postos lado a lado, eles cobrem 987,8 km, ou a distância entre São Paulo e Campo Grande (MS). Postos um sobre o outro, resultariam numa pilha mais alta que 111 Montes Everest.

Texto: *Dicler Antonio*
Fotos: *Antonio Carreta e Ricardo Lou*

Para o endereço localizado na Rua dos Sorocabanos, no Ipiranga, que um dia já sediou uma fábrica de colchões, é direcionado todo o acervo da capital, desde 1999. Existem ali, atualmente, cerca de 850 mil caixas com processos (em média 10 volumes de processo por caixa), ou seja, 8,5 milhões de volumes de processos, referentes aos últimos quatro anos, pois, após esse prazo, são enviados para o Arquivo da Iron Mountain/Recall, em Jundiaí.

A coordenadoria que administra os Arquivos do Ipiranga e fiscaliza os contratos de terceirização com a empresa Iron Mountain/Recal faz parte da SPI 2.4 (Diretoria de Normas e Planejamento).

Todos os dias, o Arquivo do Ipiranga recebe em torno de 6.500 processos. Em 2016 foram arquivados 55.790 processos somente no Ipiranga, referentes ao acervo da Capital, e 2.398.560 processos em Jundiaí, referentes ao acervo do Interior e Litoral do Estado e processos da Capital com mais de quatro anos.

Para atendimento de solicitações de cartórios, foram desarquivados no total, somados acervo do Interior, Litoral e Capital, 1.087.880 processos, em 2016. Para consulta de processos no balcão de atendimento, foram desarquivados 49.296 processos.

No atendimento de consulta de balcão, no Arquivo do Ipiranga, são atendidas cerca de 250

pessoas por dia, entre partes e advogados. Todas as consultas da Capital são feitas, exclusivamente, ali. A consulta de processos pode ser feita, diariamente, das 9h até às 14h. Para consultar processos da Capital que estão em Jundiaí, solicita-se o processo no Arquivo do Ipiranga, que será disponibilizado em três dias úteis. Durante a consulta, podem ser feitas fotos do processo ou cópias. Em 2016, foram feitos 27.600 atendimentos.

Como é o trâmite para arquivamento de um processo?

Após a causa transitar em julgado e se esgotarem todas as formalidades, o juiz determina o arquivamento do processo e ele é direcionado para o Arquivo. Ele é colocado em caixas box e enviado para o arquivo. Ao chegar, a caixa é cadastrada e arquivada.

Caso ocorra solicitação de consulta do processo arquivado por parte de um cartório, é feito cadastro individual desse processo e cada volume recebe uma etiqueta com código de barras. Dessa forma, toda movimentação do processo é rastreada pelo sistema informatizado do Arquivo.

O atual sistema informatizado do Arquivo do Ipiranga, iniciado em 1999, trabalha para otimizar o espaço disponível. Quando um volume de processo é retirado de uma pasta para consulta, imediatamente o sistema identifica que ela possui espaço para ser ocupado por outro volume que está entrando para arquivamento, e o seleciona para ocupar o lugar. Quando o processo anterior voltar para o arquivo, irá ocupar outra pasta. Todo o controle é feito por códigos de barra inseridos em cada volume e garante que as pastas estejam sempre plenamente cheias, garantindo ocupação inteligente de espaço nas prateleiras.

O Arquivo do Ipiranga conta hoje com 67 trabalhadores braçais (42 terceirizados), mais 23 funcionários que trabalham no controle, fiscalização e atendimento.

Até 1999, o arquivo estava em dois locais no bairro da Leopoldina. "Eram locais que sofriam constantes enchentes e alagamentos. Os funcionários ficavam ilhados e, por vezes, passavam a noite no prédio. Depois se providenciou um barco a remo, chamado 'Dorotéia', que fazia o resgate de funcionários de dentro do prédio até um local seguro. Houve vezes em que a água chegou a um metro de altura no interior dos galpões, principalmente durante os anos de 1983/1984/1985. Ali, infelizmente, perderam-se muitos processos," conta Luís Antônio Damasceno da Silva, que responde pela Coordenadoria de Arquivos e que, desde seu ingresso no Tribunal, em 1986, trabalha na área.

Quando Luís Antônio iniciou no arquivo, havia aproximadamente dois milhões de volumes de processos. Hoje, o acervo total da Capital soma 25 milhões, arquivados no Arquivo do Ipiranga ou na empresa Recall, em Jundiaí.

Muita coisa mudou. Hoje, os funcionários que trabalham nos galpões, em sua maioria, terceirizados, utilizam equipamentos de segurança e escadas para arquivarem e recolherem processos nas prateleiras (cada estante conta com dez prateleiras). Antigamente, os funcionários "escalavam" as prateleiras, sem nenhum equipamento e sem escadas. Os corredores eram mais estreitos, para permitir que se subisse apoiando um pé em cada estante.

O descarte seguro de processos antigos está a cargo da Coordenadoria de Gestão Documental que aplica processo de avaliação e classificação para verificar o que pode ser destruído, mediante tabela de temporalidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Jundiaí

Em 1994, a empresa Memoteca Fink, sediada em Jundiaí, começou a atuar com a guarda de processos arquivados do Tribunal. No ano 2000, a empresa Recall adquiriu a Memoteca Fink e continuou prestando o serviço de arquivamento para o TJSP. A Iron Mountain, empresa presente em 46 países, incorporou a Recall em 2016.

"Os arquivos do TJSP estão reunidos em dois grandes galpões que, juntos, somam 26.210 m² de área. São cerca de 4,5 milhões de caixas armazenadas", conta Marcos Justino Paulo, gerente de contas estratégicas da Iron Mountain/Recall. Os galpões são estruturados com áreas de armazenamento em mezaninos. Um dos galpões possui cinco andares (térreo e cinco mezaninos) e outro seis andares (térreo e seis mezaninos). O acesso entre os mezaninos é feito por elevadores. Atualmente, 120 funcionários trabalham diretamente na operação que cuida dos arquivos do TJSP.

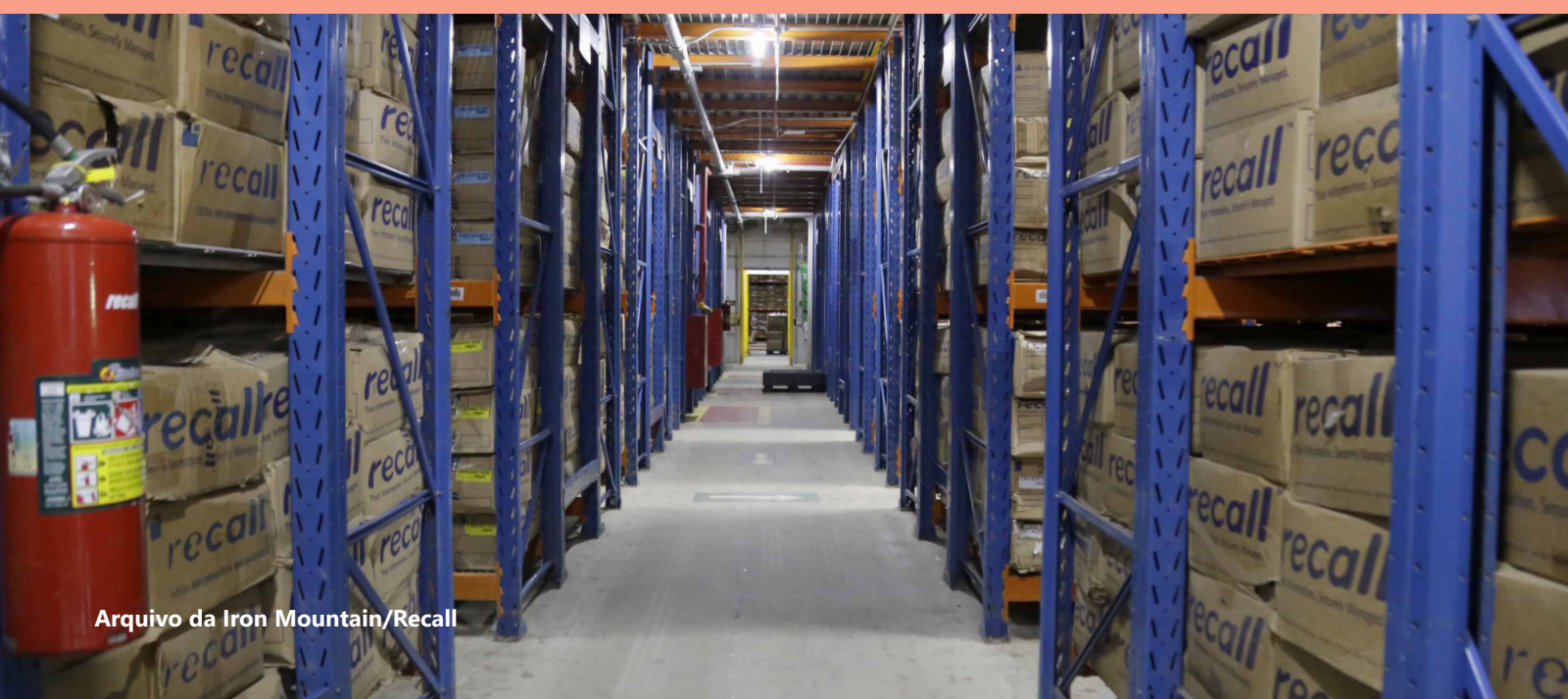
São utilizados dois sistemas de controle, armazenamento e resgate. Um para a Capital e outro para o Interior. Para a Capital, utiliza-se o mesmo do Arquivo do Ipiranga. Para o Interior, o sistema utiliza a internet, ou seja, a movimentação dos processos é atualizada no sistema de forma online, desde a sua retirada na comarca. O volume do processo já sai do fórum cadastrado no sistema, com etiqueta de código de barras e acondicionado em caixa-box, dentro de caixas-container (onde cabem três caixas-box, cada uma).

Cada comarca possui um período do ano para a retirada de processos para arquivo. Nos meses programados, auditores da terceirizada vão até a comarca e fazem a conferência de todo o conteúdo das caixas, a fim de serem lacradas e transportadas para o arquivo de Jundiaí. Caixas sem lacres ou violadas não são transportadas e ficam retidas na comarca aguardando novo cadastramento no sistema.

Quando é solicitada consulta de processo arquivado, referentes a comarcas do Interior ou Litoral, o recolhimento dos volumes é feito e enviado para a central distribuidora da comarca, que o enviará para a unidade cartorária.

Para consultas de processos oriundos da Capital, os volumes

Arquivo do Ipiranga



Arquivo da Iron Mountain/Recall

Em Jundiaí, o controle de armanezamento e resgate de processos funciona em sistema *online* pela internet

Entrada do Arquivo do Ipiranga, local que já abrigou uma fábrica de colchões

são enviados para o Arquivo do Ipiranga, que o distribui, quer para a unidade cartorária que o solicitou, quer para consulta no balcão.

A média de solicitação de consultas de processos para o Interior e Litoral é de 3 mil atendimentos diários e 60 mil por mês, sendo que, 60% das consultas se referem a processos com, no máximo, cinco anos de arquivamento. ■

Galpões da empresa Iron Mountain/ Recall, em Jundiaí, onde está armazenado parte do acervo do Tribunal

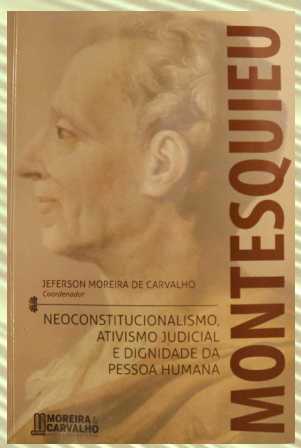
Direito ao Esquecimento – 1ª edição (Novo Século Editora)

A magistrada trata sobre desenvolvimento histórico dos pilares da doutrina, de sua conceituação técnica, bem como dos elementos estruturais que servem de sustentáculo a este direito. Aborda o tema, ainda, sob a perspectiva do direito norte-americano, brasileiro e europeu. Na apresentação, disseram os desembargadores, "Não há necessidade de encarecer a relevância e a atuação do tema, objeto de larga discussão na doutrina e na jurisprudência, a ser enfrentado, em breve, pelo Supremo Tribunal Federal. (...) A obra vem a público em momento oportuno e serve não somente para enriquecer o debate, como também de fonte de consulta a todos que pretendam debruçar-se sobre o direito ao esquecimento." Com apresentação dos desembargadores Claudio Luiz Bueno de Godoy e Francisco Eduardo Loureiro e prefácio do advogado Renato Ópice Blum.

Viviane Nóbrega Maldonado (juíza da 12ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro)

Montesquieu, Neoconstitucionalismo, Ativismo Judicial e Dignidade da Pessoa Humana – 1ª edição (Publicações Jurídicas Moreira & Carvalho)

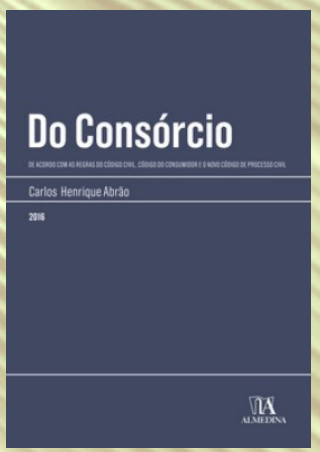
A apresentação da obra destaca Art. 2º da CF/88. "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário." Segundo o apresentador, "a simples interpretação literal no texto inserto no art. 2º da Constituição Federal é de uma beleza gritante, entretanto a evolução do ser humano, o surgimento dos novos direitos fundamentais, o comportamento do legislador, o comportamento do governante e até mesmo o comportamento do julgador, obriga o uso de outros meios de interpretação, de que o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e justiça como valores supremos da sociedade fraterna, sejam atingidos com toda concretude possível".



Jeferson Moreira de Carvalho (coordenador) é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Autores: Bruna Azevedo de Castro, Ediana di Frannco Matos da Silva Santos, Hewldson Reis Madeira, Jeferson Moreira de carvalho, José Ricardo Alvarez Vianna, Marcia da Cruz Girardi, Marcio Fernando Moreira Miranda, Paulo Henrique da Silveira Chaves, Thiago Vale Pestana, Vilmária Cavalcante Araujo Mota, Vinícius José Corrêa Gonçalves e Wilker Batista Cavalcanti

Do Consórcio – 1ª edição (Almedina Brasil)

A sociedade de massa, preocupada com o consumo, precisa gerar riqueza e participar de mecanismos voltados para os bens duráveis, veículos e, sobretudo, no ramo imobiliário. O legislador, visando resolver o impasse, trouxe à baila a Lei nº 11.795/08, indicando transparência na administração das carteiras e responsabilidade no trato da fiscalização do consórcio. O sistema de consórcio é mundialmente aceito, permite o parcelamento das prestações e dele nasce relevante oportunidade de se adquirir bens ou realizar serviços, contemplando-se, com frequência, sorteios realizados de acordo com a estabilidade do caixa e a liquidez da carteira. A motivação do mercado passa seguramente pela figura do consórcio, também utilizado para inúmeras finalidades, não apenas de veículos, mas, sobretudo, de imóveis, compatíveis seus preços com o potencial econômico do consumidor.



Carlos Henrique Abrão é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo

O adeus a Amaral

Texto: *Dicler Antonio*
Fotos: *Acervo da família e dos colegas de trabalho*

No dia 22 de janeiro, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, emitiu Nota de Pesar pelo falecimento do servidor José Luiz do Amaral. Na mensagem, o presidente enfatizou que Amaral foi um servidor querido por todos e que muito fez pelo Judiciário paulista. Amaral foi escrivão nos Juizados Especiais Cível e Criminal de Monte Alto, desde a sua implantação nos idos de 1990. Desde então, dezenas de magistrados passaram pelo fórum, mas, nenhum retirou do Amaral o cargo de confiança, de livre nomeação, porque sabiam que ele detinha qualidades profissionais e pessoais próprias e adequadas à importante função no gerenciamento de tal Justiça especializada. Anualmente, nas correições comuns que ocorrem, Amaral colecionou elogios dos juízes corregedores, todos lançados e formalizados nos registros. Ele se destacava pela dedicação ao serviço e prezava pela irrepreensível educação e cortesia nas relações interpessoais com o público interno e externo à Justiça. Inteligente e líder fantástico da equipe de trabalho, agia com transparência e honestidade, de forma a ser um exemplo a ser seguido.

A seguir, juízes, funcionários e familiares falam sobre Amaral.

Os juízes

"No campo profissional, o Sr Amaral demonstrava extrema abnegação ao serviço público, sempre chegava mais cedo e se retirava por último, além de trabalhar nos finais de semana, sem se importar com compensação de horas. Dotado de enorme educação, pessoa de fino trato, de tal forma que as pessoas tendiam a ouvi-lo e atendê-lo. Nunca houve reclamação de advogados, promotores, nem mesmo de colegas ou de jurisdicionados.

Chamava atenção a forma pela qual sempre estava feliz, alegre, mesmo nos momentos difíceis de seu tratamento de saúde. Excelente chefe de família, era comum vê-lo rodeado pelos filhos e esposa, constatação de amor.

No contato conosco, além de tratar de assuntos atinentes ao serviço, o Sr. Amaral gostava de narrar as conquistas

Amaral com a família

Com os colegas do Tribunal

de seus filhos, contagiando-nos pelo amor que lhes destinava, e a sua esposa, com o costume de encerrar a conversa dizendo que era abençoado por Deus, pois tinha familiares que o enchiam de orgulho e alegria, trabalhava com profissionais dedicados e capacitados, e colecionava muitos amigos.

A admiração que os amigos e colegas de trabalho nutriam por ele, repercutia numa conjugação de esforços em prol do serviço a ponto de reduzirem expressivamente o número de processos em trâmite, diante da celeridade imprimida nas fases cartorárias do processo, de maneira que foram reduzidos de 6.500 para aproximadamente 1.200 processos, num espaço de tempo entre 1,5 a 2 anos, com o acréscimo de apenas um servidor nos quadros. A impressão era que se tinha mesmo um grande amigo para coordenar os trabalhos e não um mero competente escrivão chefe. Esse carisma afetou profundamente a todos que com ele se relacionaram e de alguma forma, especialmente, os servidores do cartório."

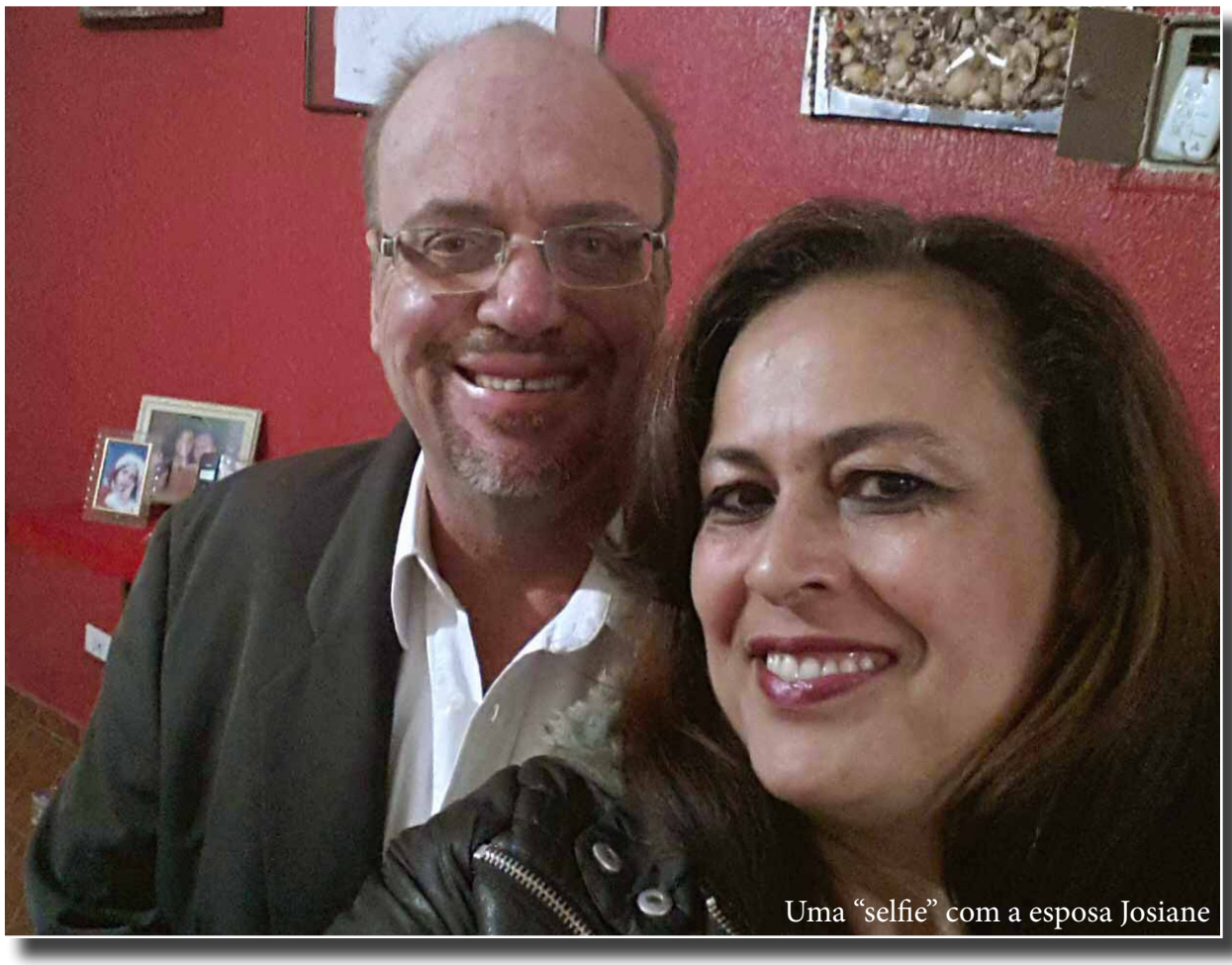
"Destacava-se na capacidade de liderança, possuidor de elevada inteligência e espírito humano avançado. Lealdade e honestidade indiscutível eram muitas dentre outras qualidades." **(juiz Gilson Miguel Gomes da Silva, diretor do fórum de Monte Alto)**

"Uma perda inestimável para o Judiciário." **(juiz Júlio Cesar Franceschet, 2ª vara de Monte Alto)**

"Foi um grande privilégio ter trabalhado com ele. Com suas qualidades, ele agregou coisas boas à minha experiência profissional." **(juíza Paula Aguiar Pizeta de Sanctis, 3ª vara de Monte Alto)**

Os funcionários Andrei Buzinaro Arruda Soares, Beatriz Mathias Ianili, Carla Del Nero Fernandes, Cristiane Curti Ferreira, Dhione Ivan Pereira de Oliveira, Elisabete Appolinario Falquete, Izilda Aparacedida Furlaneto Ferreira, Talita Bolognezzi da Silva e Vera Lucia Gazola

"O Amaral era muito querido. Foi mais que um chefe, foi um líder, um grande exemplo para todos. Sempre preocupado com o bom funcionamento do cartório e com a harmonia entre os funcionários. Alegre, ativo, brincalhão, mantinha o ambiente descontraído. Tratava a todos de forma igual. Sempre disposto a ajudar. Elogiava nosso trabalho e nos incentivava a produzir mais. Sabia cobrar o serviço e, da maneira educada que pedia,



Uma “selfie” com a esposa Josiane

fazíamos com prazer. Ensinava muitas coisas, com paciência, e ouvia opiniões. Era dedicado e focado no trabalho. Certa vez, o acervo do cartório diminuiu tão rapidamente, que a Corregedoria preocupou-se e consultou o motivo de diminuição tão rápida.

Preocupava-se se estávamos bem, não só em relação ao trabalho, mas, sobretudo, em nossa vida pessoal. Preocupava-se, até, com nossa família. Conversava muito conosco, gostava de contar “causos”. Falava sobre seus planos para o futuro, de que gostaria de viajar e, ao se aposentar, morar em uma cidade mais tranquila.

Falava muito sobre a família. Iniciou trabalhando com a mãe, Dona Maria Aparecida, que foi responsável pelo cartório de distribuição. Quando o cartório do Juizado Especial foi criado, já iniciou como escrivão.”

Formado em Direito, era casado com a Sra. Josiane e deixou dois filhos: Kelly e Pedro. Era um grande corintiano. Nos deixou aos 51 anos.

Josiane

“Meu esposo...

Por tantos anos unidos, hoje me vejo só...

Só, sem você, meu amor, meu marido, meu companheiro...

Hoje somos eu e nossos filhos, a saudade dói, a tristeza bate forte, mas sei que devo prosseguir.

Você me ensinou muito, durante sua passagem aqui, mas não me ensinou o que fazer com a saudade.

À distância de não poder ver, sentir, falar...

Mas, tenho a certeza que você cumpriu sua missão e que um dia nos encontraremos novamente.

Deixou seu legado, nunca será esquecido como pai, marido, filho, amigo, profissional e exemplo de ser humano mais que perfeito.

Esse é meu marido, o Amaral!!!”

Kelly e Pedro

“Ao Nosso Pai...

Como é triste não tê-lo entre nós, você, pai...

Homem admirável, profissional extremado, que nos deixou tão cedo.

Sempre atento, cheio de virtudes, olhar sereno, que nos mostra o caminho de vida a seguir.

Tem ele, um coração cheio de memórias, uma vida cheia de histórias, amor infinito pela família e um orgulho imenso de ser corintiano.

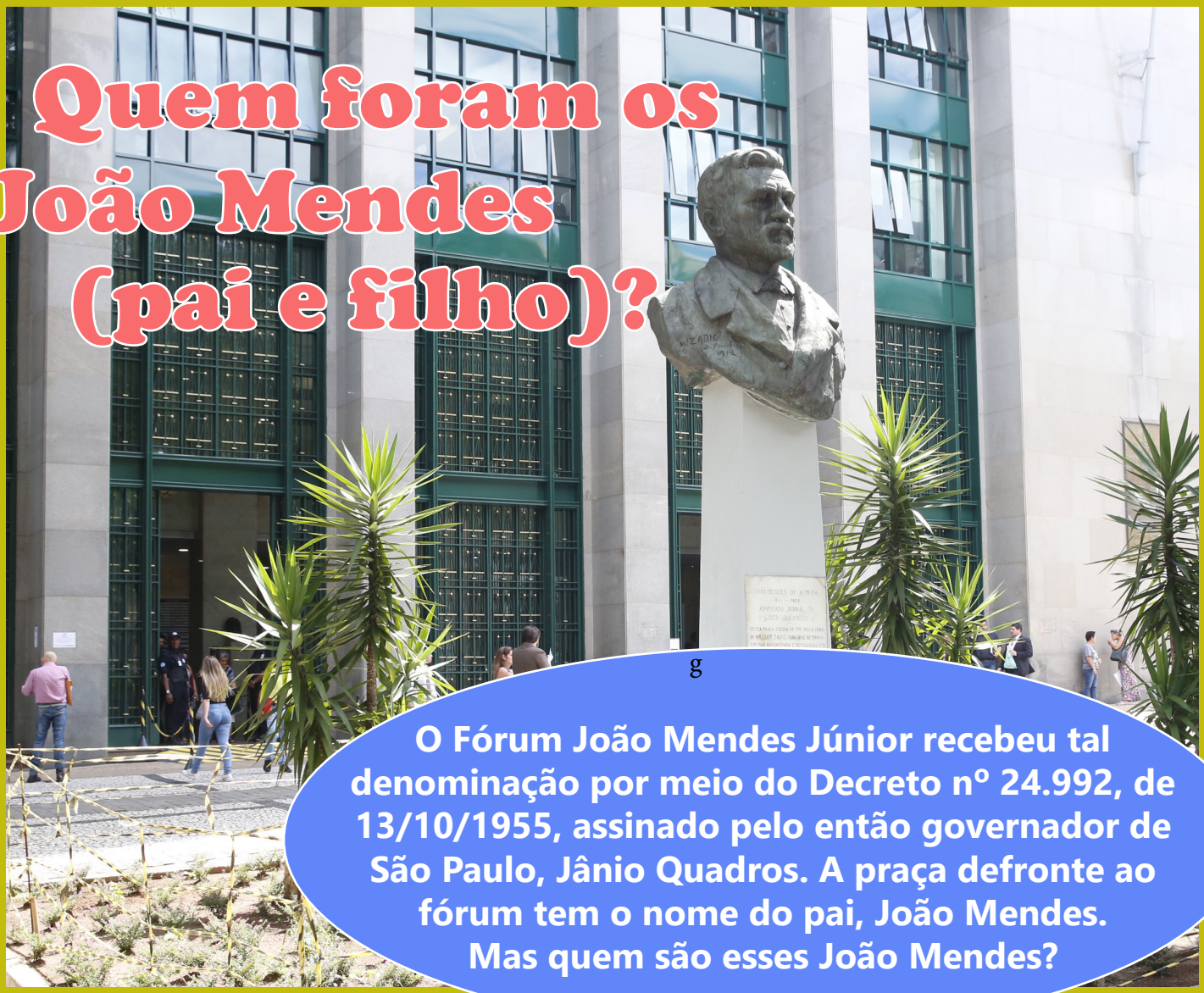
Esse pai amoroso, de sorriso franco, abraço apertado, amigo verdadeiro, homem de fé, às vezes, silencioso e pensativo.

Como está difícil viver sem você, tantas provas de amor...

Obrigado por ter sido nosso pai, ter ensinado o caminho do bem.

TE AMAMOS PAI!!!”

Quem foram os João Mendes (pai e filho)?



g

O Fórum João Mendes Júnior recebeu tal denominação por meio do Decreto nº 24.992, de 13/10/1955, assinado pelo então governador de São Paulo, Jânio Quadros. A praça defronte ao fórum tem o nome do pai, João Mendes. Mas quem são esses João Mendes?

Texto: *Dicler Antonio*
Fotos: *Antonio Carreta e Wikipédia*

A praça começou a ser formada em 1756, com o início da construção da Igreja de São Gonçalo; no ano seguinte, como já existia um pequeno pátio em frente, surgiu o nome de Campo ou Largo de São Gonçalo. A igreja é uma das mais belas do centro histórico de São Paulo. Construída pelos padres jesuítas, passou ao longo dos séculos por algumas reformas. Em 1791, por conta da inauguração da nova Câmara Municipal de São Paulo – edifício que também abrigava a cadeia – a população também começou a chamar a praça de Largo da Cadeia ou Largo Municipal. No final do século XIX, o local era conhecido por possuir o maior teatro da época, o São José, que entre vários eventos culturais apresentou peças de Castro Alves e óperas de Carlos Gomes. A praça, com 6 mil metros quadrados de área arborizada, teve seu nome oficializado, em 1898, como Praça Dr. João Mendes. Mas, por quê o nome?

João Mendes de Almeida foi morador ilustre do local, jurista renomado, político, jornalista e líder abolicionista, principal redator da Lei do Ventre Livre. Nascido em Caxias, MA, em 1831, bacharelou-se em Direito no ano de 1853, em São Paulo. Foi juiz em Jundiaí e na Capital até 1858, quando abandonou a Magistratura para se dedicar à política. Entre 1859 e 1878 foi importante líder do Partido Conservador, eleito deputado sucessivas vezes, ora da antiga Província de São Paulo, ora nacional. É também dele o projeto da Reforma Judiciária, transformada em Lei no ano de 1871. Atuante membro da imprensa, fundou e dirigiu vários jornais, entre os quais "A Sentinela", além de ter sido colaborador no "Diário de S. Paulo".

Morou em um casarão ao lado da Igreja de São Gonçalo, onde atualmente se encontra a tradicional Padaria Santa Tereza. Foi casado

com D. Anna Rita Lobo Mendes de Almeida. Faleceu em 1898. Seu busto encontra-se na praça, em frente ao Fórum João Mendes Jr.

O Fórum recebeu o nome de seu filho (Júnior), que também foi jurista conceituado, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e ministro do Supremo Tribunal Federal.

Paulista, nascido em 30/3/1856, fez o curso preparatório no Seminário Episcopal de São Paulo e formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Capital, em 1877. Adquiriu o título de Doutor em 1880, ano em que foi eleito vereador da Câmara Municipal de São Paulo, da qual foi presidente nos dois anos subsequentes.

A partir de 1889 passou a lecionar na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Nomeado catedrático de prática forense em 1890, foi designado para reger a primeira cadeira de Teoria do Processo Civil Comercial e Criminal, e Prática Forense, em 1896. Foi o diretor da Faculdade de 1910 a 1916. Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, tomou posse em 1917 e se aposentou em 1922.

Foi ilustre advogado e grande jurisconsulto. Em 1901 recebeu a incumbência de estudar as bases para a reforma judiciária do Estado de São Paulo e em 1910 de organizar as bases do Código de Processo Civil e Criminal do Estado. Em homenagem aos seus grandes méritos, o Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo ofereceu à Faculdade de Direito o seu busto em bronze, que se acha no seu Salão Nobre. Deixou várias obras clássicas do direito nacional. Foi casado com D. Leontina Novais. Faleceu em 1923.

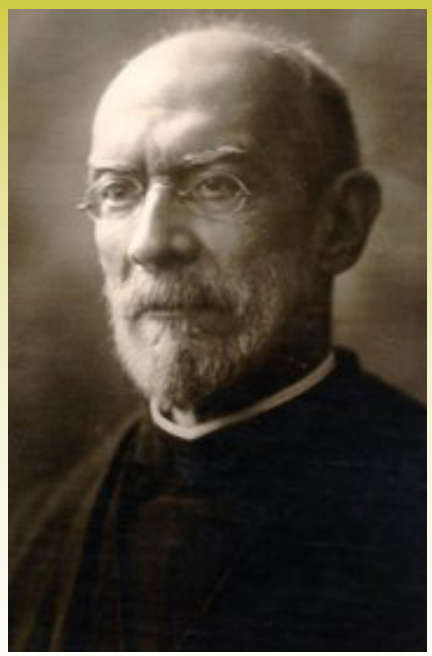
O prédio que leva o seu nome encontra-se entre as ruas da Glória, Conde do Pinhal, Largo Sete de Setembro e Praça João Mendes. Projeto e construção do Escritório Técnico Ramos de Azevedo Engenharia, Arquitetura e Construções – Severo e Villares S/A, em colaboração com a Diretoria de Obras Públicas do Estado de São Paulo, ocupa aproximadamente 3.025,00 m², possuindo 63.500,00 m² de área construída, distribuída em vinte e quatro andares, um subsolo e a cobertura da escada espiral no 25º pavimento.

A história do "Fórum João Mendes Júnior" começou em 1941 quando, atendendo a sugestões do presidente do Tribunal de Apelação, o Governo do Estado entrou em entendimentos com a Prefeitura,

Busto de João Mendes de Almeida

a fim de desapropriar uma área nas cercanias do Palácio da Justiça. As obras iniciam-se apenas em 1945, com término previsto para 1947. No entanto, a abertura aconteceu somente em 24 de dezembro de 1956, quando o então governador, Jânio Quadros, entregou os cinco primeiros andares do prédio. A mudança foi iniciada em 10 de abril de 1957.

Quatorze anos depois, os andares restantes são inaugurados. Atualmente, ele abriga 45 varas cíveis, 12 varas da Família e Sucessões, varas de Falências e Recuperações Judiciais, varas de Registros Públicos, a Corregedoria Geral da Justiça, a Ouvidoria Judicial, o Colégio Recursal, a Coordenadoria e Vara Central da Infância e da Juventude, a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp), Seções de Conciliação, Secretarias, Coordenadorias e áreas administrativas e de segurança, salas destinadas ao Ministério Público, Defensoria Pública e OAB, banco e restaurante. Ele é o maior fórum cível do país, por onde circulam diariamente cerca de 17 mil pessoas.



João Mendes de Almeida Jr.

(Fontes: Site oficial do Supremo Tribunal Federal, Revistas USP, Site Conjur – artigo de Carmem Patrícia Coelho Nogueira, e acervo do Museu do TJSP) ■

Hall dos elevadores, na entrada do fórum

O "jul

Texto: *Guilherme Amorim*
Fotos: *Internet*

Um dos embates mais emblemáticos já ocorridos nos tribunais norte-americanos foi o chamado "Julgamento do Macaco", que, em 1925, opôs evolucionistas e criacionistas na pequena cidade de Dayton, no Estado do Tennessee. Os eventos deste julgamento lendário, de repercussão mundial, foram imortalizados, com as devidas licenças poéticas, no filme "O Vento Será Tua Herança (Inherit the Wind)", de Stanley Kramer (1960). Nele, os grandes atores Spencer Tracy e Fredric March interpretam advogados de acusação e defesa que, na vida real, se enfrentaram sobre o direito de um professor ensinar a "Teoria da Evolução", de Charles Darwin, a seus alunos.

John Scopes (Dick York), professor do ensino primário, foi acusado de violar uma lei estadual que proibia o ensino do evolucionismo nas escolas. Com o apoio da União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU, na sigla em inglês), Scopes decidiu usar seu caso como paradigma para a tentativa de derrubar a lei. Sua defesa ficou a cargo do proeminente advogado Clarence Darrow, notório defensor dos direitos civis. Quem assumiu o caso dos defensores do

gamento do Macaco" em Hillsboro

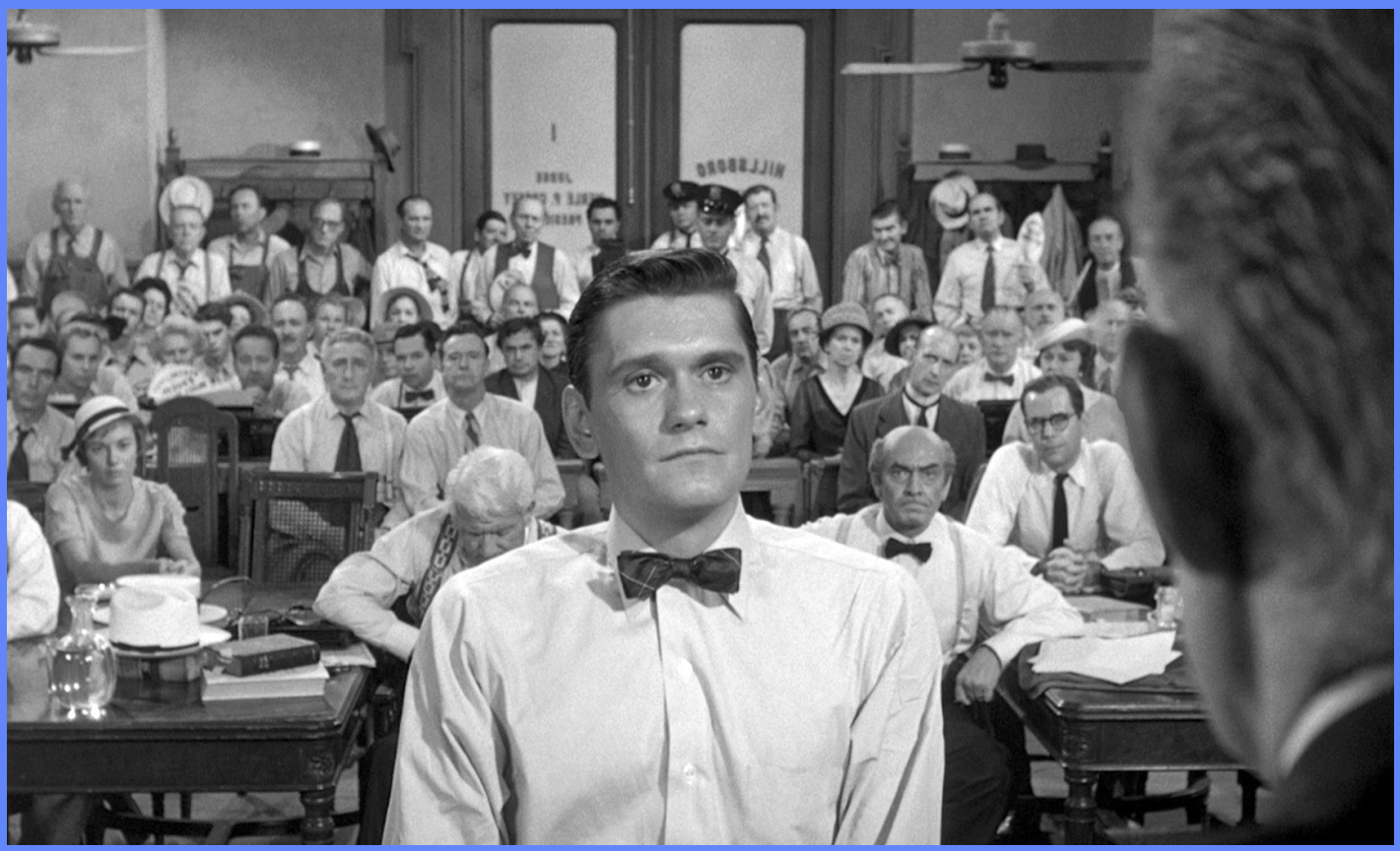
Criacionismo e evolucionismo duelam na Corte

criacionismo foi William Jennings Bryan, que além de famoso advogado e orador foi três vezes candidato à presidência dos Estados Unidos pelo Partido Democrata. O julgamento durou 11 dias e foi o primeiro a ser transmitido pelo rádio.

No filme, baseado na peça de Jerome Lawrence e Robert E. Lee, foram alterados os nomes dos personagens e o local do julgamento. Spencer Tracy faz o papel de Henry Drummond, advogado do professor, e Frederic March interpretou Matthew Harrison Brady, o defensor do criacionismo. O título refere-se a uma citação bíblica do Livro dos Provérbios, 11:29, que diz: "Aquele que perturba sua própria casa herdará o vento". No contexto da película, a frase alude ao caos que tomou conta da cidade e do fanatismo levado a cabo pelos humildes habitantes, incluindo o reverendo da cidade, que renegou a própria filha por ter ficado ao lado do professor acusado, seu noivo.

A obra trata de temas complexos como a liberdade de expressão, de pensamento e de religião, progresso versus tradição, imparcialidade no julgamento e separação entre Igreja e Estado

Os debates entre acusação e defesa são magistralmente levados à cena pelos dois veteranos atores. O filme tenta se afastar do maniqueísmo, estabelecendo, logo

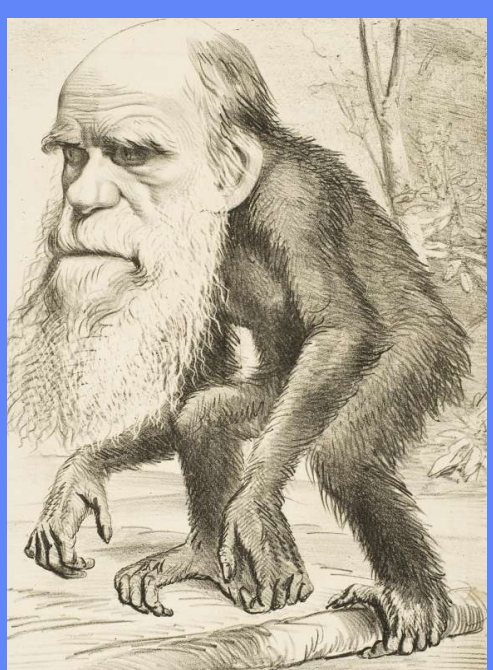


Professor John Scopes (Dick York) é réu no Tribunal por ensinar a Teoria da Evolução

de início, que Brady foi um grande defensor do sufrágio das mulheres e, mais tarde, um político idealista, candidato à presidência. Sua obstinação, no entanto, inflama os fundamentalistas locais. A recepção calorosa que recebe ao chegar à cidade é acompanhada por coros de mulheres pedindo decência e um desfile com muitos cartazes que dizem "deixem o demônio longe de Hillsboro", "fora com Darwin", "não coloque uma cauda em mim", "ateísta, volte para seus macacos", e alguns até aproveitam a situação para fazer propaganda de seus restaurantes, anunciando que "a comida é celestial".

Já Drumond percebe, assim que chega ao local, que o ambiente não está nada bom para seu cliente. Durante o julgamento as testemunhas por ele chamadas são recusadas pelo tribunal. Por essa razão, chama Brady, o advogado da acusação, como testemunha, fazendo-o confrontar fatos da Bíblia à luz da ciência.

Quando o réu começa a fraquejar, Drummond compara o esforço de seu cliente a um homem que caminha solitário pela rua, ignorado por seus vizinhos. Para sair dessa situação, disse o advogado, "tudo que você precisa fazer é bater em uma porta e dizer 'se você me deixar entrar eu viverei do jeito que vocês quiserem que eu viva e pensarei do jeito que vocês quiserem que pense', e então as cortinas subirão e as janelas se abrirão e você nunca mais estará sozinho. Se este for o caso eu mudarei nossa alegação. Isto é, se você achar que a lei está certa e você, errado". Após essa conversa, decidem juntos seguir em frente na luta pela liberdade de expressão.



Darwin, autor da Teroria da Evolução, sempre sofreu duras críticas, como mostra a ilustração da época

"O Vento Será Tua Herança" foi indicado ao Oscar em quatro categorias: melhor ator (Spencer Tracy), melhor roteiro adaptado, melhor fotografia e melhor edição. Frederic March ganhou o Urso de Prata do Festival de Berlim, como melhor ator. Gene Kelly fez um

Drummond e Brady (Spencer Tracy e Frederic March), dois velhos amigos, advogados renomados, travam no Tribunal uma batalha entre ciência e religião

de seus raros papéis dramáticos na carreira, interpretando o cínico jornalista E. K. Hornbeck, inspirado no repórter H.L. Mencken, que na vida real contribuiu para ampliar ainda mais a repercussão do julgamento em todo Estados Unidos, com matérias ácidas em defesa do ensino da Teoria da Evolução.

O filme foi refilmado três vezes, em 1965, 1988 e 1999. ■

Ficha Técnica:
Produção e Direção: Stanley Kramer
Elenco: Spencer Tracy, Frederic March, Dick York, Gene Kelly, Donna Anderson, Florence Eldridge
Fotografia: Ernest Laszlo
Edição: Frederic Knudtson
Roteiro adaptado: Nedrick Young e Harold Jacob Smith
Duração: 127 min.
Estúdio: United Artists

Os verdadeiros Clarence Darrow e William J. Bryan, em raro momento de trégua, durante o julgamento

O Judiciário e
qu
de paradigma

Em princípio, é ao Poder Legislativo que se reconhece o papel de retratar os padrões da cultura nas normas que regem a vida social. O Poder Legislativo detém a máxima expressão da representação popular, vez que retrata (ou deveria retratar) a variedade do pensamento nacional. É ao legislativo que cabe promover a atualização da legislação, para adequá-la às mudanças sociais e culturais, e, de outro lado, estabelecer diretrizes que orientem o desenvolvimento coletivo, em acordo com os anseios da maioria, respeitadas as minorias. Todavia, temos assistido um profundo e amplo deslocamento desse papel para o Poder Judiciário.

Tomemos os seguintes temas: reconhecimento de uniões homoafetivas, possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo, descriminilização do aborto e do uso de drogas, permissão de aborto do feto anencéfalo, permissão de pesquisas científicas com células-tronco, conceituação de terras indígenas, constitucionalidade das cotas raciais ou para pessoas com necessidades especiais. Seria de se esperar que tais assuntos fossem maturados em amplos debates públicos, e que as forças antagônicas ou multidirecionais se vissem representadas no parlamento, tudo para culminar em edição de leis ou atualização das existentes, com o máximo de legitimidade, ou seja, de alinhamento com o pensamento nacional predominante.

a
ebra
s culturais

A lista, entretanto, é de assuntos, todos, submetidos ao Poder Judiciário. Alguns desses temas já alcançaram posicionamento do Supremo Tribunal Federal, como é o caso da permissão do aborto do feto anencéfalo, ou da definição do que sejam terras indígenas. Em tantos outros temas, a sociedade brasileira aguarda a decisão da Justiça.

O Poder Judiciário não tem se furtado a essa tarefa. Essa nova conformação tem sido nomeada de ativismo judiciário. Trata-se de uma nova atribuição da Justiça ou apenas do preenchimento de um claro deixado pelo Legislativo? Estamos vivendo uma crise na legitimação do Poder Legislativo, acompanhada de um incremento na legitimação do Judiciário? Não devemos nos surpreender com cidadãos incapazes de dizer o nome do candidato em quem votaram nas últimas eleições, mas que saibam dizer o nome de dois ou três ministros do Supremo Tribunal Federal, situação inimaginável há uma ou duas décadas.

O filme em destaque nesta edição da revista eletrônica do Tribunal de Justiça de São Paulo é O Vento Será Tua Herança (Inherit the Wind). Trata-se de produção cinematográfica de 1960, que teve três refilmagens, em 1965, 1968 e 1999. O filme (em preto e branco) é baseado no romance de J. Lawrence e Robert E. Lee. Trata de um caso verídico, ocorrido em 1925, em uma pequena cidade norte americana do Estado do Tenesse. Um professor de biologia é preso em flagrante e levado a julgamento por violar a legislação estadual, o Butler Act, que tornava ilegal "o ensino de qualquer teoria que negue a história da criação divina do homem como é explicado na Bíblia e substitui pelo ensino de que o homem descende de uma ordem de animais inferiores".

O que deveria ser um julgamento trivial, por júri popular, fadado ao quase completo desconhecimento, acabou se tornando um evento de repercussão nacional, com ampla cobertura da imprensa, e transmitido ao vivo pelo rádio. Um renomado membro do Congresso Americano voluntariou-se para assumir a acusação. Para defesa do professor, um notório advogado criminal. Tudo amplamente noticiado. Houve mobilização popular para recepcionar o ilustre acusador, e para hostilizar o grande defensor. O desfecho é bastante intrigante. Paro por aqui para não estragar a surpresa.

O caso ficou conhecido como "O Julgamento do Macaco", em função do ponto central do debate: a versão bíblica da criação do homem e dos animais, e a versão evolucionista, segundo a qual o homem e os demais primatas descendem de um (ainda desconhecido) ancestral comum (nunca constou na teoria que o homem seja descendente de macacos). O episódio, de quase cem anos, conserva sua atualidade. Ainda hoje é ferrenho o debate entre criacionistas e evolucionistas. Em alguns estados americanos, persiste, em pleno século XXI, a proibição do ensino da teoria da evolução. Muitas são as teorias que procuram conciliar o conhecimento adquirido com as ciências, com versão da história do universo e da vida contadas nas escrituras. É um debate sem fim.

A teoria da evolução, exposta por Darwin, inicialmente em 1859 na obra On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life (Sobre a Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural ou a Preservação de Raças Favorecidas na Luta pela Vida), tornou-se conhecida no livro A Origem das Espécies (The Origen of Species), de 1872. A teoria foi concebida por Charles Darwin como resultado de um trabalho de mais de 20 anos, numa época em que nem se sonhava com a ciência que viria a se denominar genética. A soma das duas áreas do conhecimento deu origem ao neodarwinismo.

Darwin observou a natureza por duas décadas e estabeleceu uma formidável compreensão de como se dá a diferenciação de uma espécie para dar origem a outra, a especiação. Com o conhecimento da genética, a ciência é capaz de compreender a parte "invisível" do fenômeno, isto é, a modificação do DNA que resulta na nova espécie. Todo o conhecimento de imunologia (vacinas) é baseado na compreensão desse processo, que pode ser observado em rapidíssima velocidade nos laboratórios que investigam vírus, bactérias e outros microrganismos.

Para confrontar a versão evolucionista, inaugurou-se em 2005, no Kentucky, EUA, um parque temático criacionista, em que seres humanos são mostrados convivendo com dinossauros (pela perspectiva científica, o último dinossauro se extinguiu 65 milhões de anos antes do surgimento do primeiro ser humano).

O filme merece ser assistido. Tem a marcha narrativa mais lenta do que os filmes modernos, mas é uma obra de arte. Não é fácil de ser encontrado, mas é possível assistir tanto a versão de 1960, quanto a versão colorida, de 1999 (com Jack Lemmonn), diretamente no Youtube. Resenhas, fotos e outras informações, veja no site do Internet Movie Data Base (www.imdb.com).

Antonio Carlos Alves Braga Junior
(Juiz substituto em 2º grau)

Abertura do Ano Judiciário

1º/2/2017

Justiça SP – Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com periodicidade trimestral

Corpo Diretivo
Desembargador – Alexandre Alves Lazzarini
Juiz Substituto em 2º Grau – Antonio Carlos Alves Braga Júnior
Juíza Assessora da Presidência – Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins

Jornalista Responsável
Rosangela Sanches

Corpo Editorial
Rosangela Sanches
Maria Cecília Abatti Souza Cruz
Liene Dias Vicente
Alexandre de Lima Marcusso
Dicler Rodrigues Antonio

Corpo Técnico
Editor
Dicler Rodrigues Antonio
Reportagem
Dicler Rodrigues Antonio
Guilherme Fujimoto Amorim
Maria Cecília Abatti Souza Cruz
Rosangela Sanches
Fotografia
Antonio Carlos Carreta
Daniel Gaiciner
Klaus Silva Pinto
Ricardo Braga Lou
Editoração Gráfica
Dicler Rodrigues Antonio
Revisão
Guilherme Fujimoto Amorim
Rosangela Sanches

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Presidente
Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

Vice-Presidente
Desembargador Ademir de Carvalho Benedito

Corregedor-Geral da Justiça
Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

Decano
Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

Presidente da Seção de Direito Privado
Desembargador Luiz Antonio de Godoy

Presidente da Seção de Direito Criminal
Desembargador Renato de Salles Abreu Filho

Presidente da Seção de Direito Público
Desembargador Ricardo Henry Marques Dip

Apoio técnico
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Fotos: Capa (Ricardo Lou); Seção Imagens (Antonio Carreta, Klaus Silva e Ricardo Lou); Seção Bem-estar (www.pexels.com); Matéria “O julgamento do macaco em Hillsboro (www.hdmoviespoint.com, www.moviemansguide.com, www.thecreationclub.com, www.uncannyvalley.com, www.brasildiscovery.uol.com.br, www.cartacapital.com.br e www.broadwaywest.com)

Produzida por:
Secretaria da Presidência
Secretária Claudia Regina Busoli Braccio Franco Martins
SPr 6 - Diretoria de Comunicação Social
Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - CEP 01018-010 - São Paulo (SP) - 2º andar, Sala 212
Telefones: (11) 3117-2588 – imprensatj@tjsp.jus.br